

## **A historiografia da industrialização brasileira**

Alexandre Macchione Saes\*

Os primeiros relatos de produção industrial no Brasil podem ser datados no prematuro período de transição do século XVIII para o século XIX. Nesse sentido as datas de 1785 e 1808 são emblemáticas ao representarem, respectivamente, a preocupação da Coroa em manter os benefícios do Pacto Colonial com a proibição de manufaturas na colônia e, anos mais tarde, com a revogação por D. João VI do ato de 1785, resultado da chegada da coroa portuguesa ao Brasil. Contudo, tal produção manufatureira mal poderia ser considerada como industrial, mas, mais provavelmente, representada como uma fase de proto-industrialização por meio de fabriquetas bastante rudimentares (LIBBY, 1997 e SOARES, 2002).

Foi em meados do século XIX que, um novo contexto político e econômico fomentaria a formação de indústrias qualitativamente mais representativas, tanto mais robustas com relação ao número de trabalhadores como com relação à capacidade de produção. Enquanto o fim do tráfico negreiro liberava capitais do comércio de escravos (PRADO JR., 1945), a promulgação do Código Comercial delimitava as regras para a formação das importantes sociedades anônimas (LEVY, 1994). E, com relação às atividades econômicas, a expansão da economia cafeeira na região fluminense proporcionava a recuperação das exportações nacionais que estavam em crise à cerca de cinquenta anos (FURTADO, 1959). Assim, cidades com atividades mercantis pujantes, como Salvador e Rio de Janeiro, passaram a formar suas primeiras grandes indústrias. Eram poucas companhias, mas que já buscavam incorporar maquinário e atender basicamente o comércio local com produtos têxteis.

O salto quantitativo, por sua vez, teria lugar na transição do século XIX para o século XX. De um lado, a sede do Império e depois capital da república, a cidade do Rio de Janeiro, aproveitou-se da condição de principal porto de importação e exportação do Brasil e de maior centro comercial do país para expandir sua produção industrial. A cidade de São

---

\* Professor Adjunto da Universidade Federal de Alfenas.

Paulo, por outro lado, passava por forte crescimento em função do desempenho da economia cafeeira, criando uma dinâmica própria de desenvolvimento industrial.

Entretanto, independentemente dos saltos quantitativos e qualitativos, a reprodução da indústria ao longo de toda Primeira República estaria ainda subordinada a economia mercantil, fosse ela do comércio carioca, fosse ela da produção agrário-exportadora paulista. Em suma, o processo de industrialização *stricto sensu* ocorreria no Brasil somente depois de 1930, quando uma política deliberada do governo Vargas e condições favoráveis da economia internacional, permitiriam a reprodução da indústria tornar-se autônoma, e o setor de bens de produção fosse aos poucos incorporado à economia nacional. Entretanto, um parque industrial relativo já havia sido formado no país pré-1930, de forma que não se pode descartar os elementos condicionantes desse crescimento industrial. Assim, procura-se neste trabalho recuperar o debate sobre a formação da indústria brasileira: mais do que o processo de industrialização em si, busca-se enfatizar as interpretações sobre os elementos que permitiram a constituição da nascente indústria.

### **A industrialização como projeto**

Foi entre os anos 1940 e 1960 que a industrialização tornou-se tema central nos trabalhos de história e economia. O Brasil passava pelo seu próprio processo de industrialização, momento auge de criação de indústrias de base e de estímulos para o crescimento industrial. Nesse sentido, autores começaram a incorporar o problema da formação das indústrias num país periférico como o Brasil como projeto político de desenvolvimento do país. Assim, voltar-se para as experiências passadas era uma das formas de se pensar o problema presente: indicar os caminhos para a industrialização como meio de reduzir as diferenças entre os países periféricos e os desenvolvidos.<sup>1</sup>

Foi nesse contexto que a formulação do conceito de substituição de importações impulsionou longos debates sobre quais haveriam sido as condições necessárias para a gênese do processo de industrialização no Brasil. Celso Furtado (1959) e Carlos Manuel Peláez (1968) ilustrariam essa primeira fase desse debate. Debruçados sobre os resultados econômicos do país pós-crise de 1929, enquanto Furtado seguia as interpretações da

---

<sup>1</sup> Para uma síntese do debate: SAES (1989) e SUZIGAN (1986).

CEPAL considerando que o avanço industrial era resultado da crise mundial e da nova política econômica de cunho heterodoxo implantada por Getúlio Vargas, Peláez amparava sua tese na idéia de que a expansão das exportações que havia propiciado o transbordamento de capital para a formação do setor industrial.

Isto é, para Furtado as condições da crise de 1929 e a intervenção política de Getúlio Vargas haviam gerado o deslocamento do centro dinâmico da economia para as atividades industriais. A atividade econômica nacional, outrora voltada para atender as demandas internacionais, voltava-se pela primeira vez para seu mercado interno, seguindo a lógica do conceito de substituição de importações. Ademais, a expansão do crédito realizada pelo presidente Vargas, por meio da compra do excesso de café, possibilitou a manutenção do nível da demanda agregada que, somados à desvalorização da moeda e a redução das importações, proporcionou condições ideais para a recuperação da produção da indústria nacional já em 1933. Para Furtado, conseqüentemente, as políticas nacionais deveriam seguir a negação da teoria das vantagens comparativas e o planejamento econômico mediante a ação do Estado. Diagnóstico negado por Peláez: na verdade a recuperação econômica dos anos 1930 havia sido financiada externamente, por meio dos recursos dos impostos do café e, desta maneira, eram os resultados da balança de pagamentos e a queda das importações que tornavam o orçamento do país equilibrado. Em suma, para o autor não eram as políticas heterodoxas que permitiam a recuperação econômica e a industrialização, mas ao contrário, a expansão das exportações e uma política econômica austera.

Outros autores, mesmo antes do debate entre Furtado e Peláez, já defendiam que o surto industrial era na verdade anterior à década de 1930. Na mesma linha em que seria formado o argumento de Celso Furtado, Roberto Simonsen (1939) e Caio Prado Jr. (1945) consideravam, por sua vez, a Primeira Guerra Mundial como momento estratégico para compreender os surtos industriais iniciais no Brasil, pois tal período havia reduzido a concorrência internacional aos produtos nacionais, permitindo que empresários locais pudessem substituir as antigas importações. Roberto Simonsen baseava-se no censo industrial de 1920, em que a produção industrial ao longo da Primeira Guerra Mundial (1914-1919) havia dobrado.

Tal argumento seria combatido por Warren Dean (1971) que reafirmava a idéia do papel do comércio cafeeiro nas condições para formar a indústria nacional. Considerava que a desvalorização cambial ao invés de proteger a indústria nacional, na verdade encarecia a compra de insumos e maquinários. E as crises econômicas, por sua vez, provocavam crise na demanda e retração da renda. Segundo o autor, ao ampliar a renda interna e reduzir o custo da importação de máquinas e matérias-primas para a indústria, os períodos de expansão das exportações auxiliavam o crescimento industrial. Dean argumentava que as interpretações vinculadas à substituição de importações tinham viés nacionalista, e negavam ideologicamente o papel das fontes externas na industrialização.

Vilella e Suzigan (1973), por meio de longa análise de dados, também passaram a questionar a possibilidade de expansão industrial durante a Primeira Guerra, considerando que foram os anos de 1905 e 1912 aqueles responsáveis pelo surto industrial diante a ampliação da capacidade produtiva. Novamente, a formação das indústrias estava mais condicionada aos momentos de expansão das exportações do que ao protecionismo conjuntural gerado pelas crises internacionais. Assim, na verdade, o período de Primeira Guerra Mundial representava sim uma tendência de oscilação da produção e não de crescimento das atividades industriais.

A síntese do debate sobre as causas do processo de industrialização entre choques adversos e expansão industrial induzida pelas exportações seria feita em dois trabalhos: o de Albert Fishlow (1972) e o de Flávio Versiani e de Maria Teresa Versiani (1977). Fishlow, ao conjugar as duas teorias, ponderou que no período antes da Primeira Guerra Mundial (1905-1913) a expansão das exportações teve papel decisivo na criação de capital, enquanto durante o conflito mundial, a desvalorização do câmbio e a inflação foram elementos que possibilitaram a substituição de importações auferindo lucros elevados para os empresários industriais. Fishlow ainda afirmaria que o primeiro surto de substituição de importações havia acontecido já na última década de 1890, quando a expansão da circulação monetária com Rui Barbosa e a proteção tarifária (1895-1899) teriam dados melhores condições para a produção têxtil nacional. O autor afirmava que a variação entre câmbio e inflação possibilitava momentos de crescimento de importação e outros de expansão da produção. Versiani & Versiani, por sua vez, enfatizaram a análise na constante

oscilação cambial característica da Primeira República: nos períodos de desvalorização da moeda nacional criavam-se condições para ampliação da produção, diferentemente dos momentos de valorização, que proporcionava a intensificação dos investimentos nas plantas industriais pelo barateamento das importações.

Com tais conclusivas análises, o debate sobre a industrialização deixou de se pautar apenas nos condicionantes internos ou externos para a produção nacional. Ademais, a industrialização brasileira, que antes era um projeto, tornou-se realidade nos anos de 1970, contudo, sem resolver os dilemas do desenvolvimento nacional. A desigualdade, as diferenças regionais e o distanciamento da realidade dos países centrais permaneciam. Era preciso repensar o caráter da indústria nacional e suas peculiaridades.

### **A indústria frente ao desenvolvimento capitalista**

Os anos 1970 marcam a ascensão de novas abordagens para a questão da industrialização no Brasil. A preocupação de se pensar a indústria como projeto político estava esgotado tendo em vista os limites das transformações provocadas por esse processo na realidade brasileira. Para o Brasil superar a desigualdade econômico-social com as economias centrais não era suficiente apenas romper com a teoria das vantagens comparativas e constituir a sua própria indústria; o subdesenvolvimento mostrava-se mais perverso, respondia à própria organização econômica mundial. Nesse sentido que trabalhos se voltaram para a compreensão do processo de constituição de nossa indústria em vista da constituição de nosso capitalismo. Pensar as particularidades do capitalismo poderia indicar caminhos para superar as deficiências e gargalos do desenvolvimento nacional.

O pioneiro trabalho nesta linha foi publicado ainda em 1960 por Fernando Henrique Cardoso. Em “Condições sociais da industrialização” o autor propunha superar as explicações puramente econômicas, das oscilações entre as importações e exportações, para compreender o grau de desenvolvimento capitalista e as características da economia mercantil e da divisão social do trabalho. Assim, iniciou sua análise das transformações da economia cafeeira e da transição do trabalho escravo para o livre. Sua polêmica idéia de que os fazendeiros paulistas incorporavam a mentalidade capitalista e os imigrantes

fundavam o mercado de trabalho assalariado indicava as causas essenciais que levaram ao desenvolvimento industrial em São Paulo.

Seguindo a proposta de Fernando Henrique, José de Souza Martins (1973) apontaria que a indústria brasileira – e, no caso específico, a paulista – emergia das franjas da economia exportadora, com a expansão da produção de mercadorias cujo consumo está associado ao cotidiano dos imigrantes. O autor se valeria também dos conceitos de Furtado, defendendo que somente após o processo de substituição de importações a dinâmica industrial conseguiria romper com a subordinação da economia exportadora.

Mas talvez os trabalhos mais representativos dessa linha de interpretação seriam aqueles gestados no Instituto de Economia da Unicamp. As teses de João Manuel Cardoso de Mello (1986), de Sérgio Silva (1976) e de Wilson Cano (1977) fundariam o que podemos chamar de “paradigma paulista” sobre o processo de industrialização brasileira. Para os autores, mais importante que a idéia de uma mentalidade burguesa nas classes dominantes paulistas pregada por Fernando Henrique Cardoso, foi em São Paulo em que as condições para a realização do processo interno de acumulação de capital possibilitou que a formação do capital industrial brasileiro pudesse ser aplicado.

No entendimento de Sérgio Silva e João Manuel era preciso compreender as pré-condições para o desenvolvimento capitalista. Nesta análise, a interpretação da relação entre café e indústria emerge como uma unidade e uma contradição: ao mesmo tempo em que auxilia o crescimento econômico, a atividade cafeeira mantinha a economia paulista subordinada ao modelo agrário-exportador. Assim, enquanto a economia cafeeira estava em expansão, acabava por gerar rendas fundamentais para a diversificação das atividades econômicas e mercado para produções industriais; por outro lado, nos momentos de crise da economia agrário-exportadora, a mão-de-obra liberada do campo se tornava reserva de trabalho para as indústrias.

Sérgio Silva caminha para uma análise mais ampla da relação da origem da indústria no país frente ao contexto internacional. Para o autor, o desequilíbrio externo provocava na economia subdesenvolvida uma necessária transformação nas formas de acumulação, gerando tanto o nascimento da indústria como estimulando a elevação da produtividade. Mas o autor alerta, a indústria em si não é ruptura com a dependência frente

à economia internacional, mas é uma nova forma de subordinação: a indústria nascente é aquela possível para um país subdesenvolvido, mesmo que esta superasse a posição dominante da cafeicultura na produção econômica nacional.

João Manuel Cardoso de Mello, por sua vez, considerava que os fatores externos são determinantes em última instância e, o importante na análise do desenvolvimento capitalista periférico é apreender dos condicionantes internos de acumulação de capital. Nesse sentido, a dominância do capital mercantil ao longo da Primeira República é o que provocava a acumulação de capital necessária para a expansão industrial, mas mantinha limites para a reprodução da indústria. Wilson Cano, seguindo tal leitura, enfatizaria ainda mais as condições próprias da economia paulista para o desenvolvimento industrial, o que refletia num contínuo processo de desigualdade regional.

As leituras desse período dialogavam bastante com o campo das ciências sociais, incorporando problemáticas da formação do capitalismo e das peculiaridades desse capitalismo em formação na periferia. Conceitos como subordinação, dependência seriam comuns nas leituras de como foi criado o ambiente para a emergência da indústria no país e, especialmente, a indústria paulista originária como resultado da economia cafeeira.

### **Desigualdades regionais e as histórias das indústrias brasileiras**

Em fins dos anos 1970 e, especialmente ao longo dos anos 1980, em virtude do crescimento dos centros de Pós-Graduação e do acesso às fontes primárias, a quantidade de estudos regionais foram ampliadas. Conseqüentemente, com evidências da formação de indústrias em diferentes regiões brasileiras ainda ao longo do século XIX e da Primeira República, estudos seriam formados para negar tanto as grandes interpretações sobre o processo de formação econômica do Brasil, como para negar o paradigma paulista de acumulação de capital. Novos circuitos de capital, novas atividades econômicas e novas dinâmicas deveriam ser examinadas como forma de compreender a formação da indústria nacional. De maneira geral esses estudos ressaltariam peculiaridades regionais até então obscurecidas, mas reduzindo as análises às perspectivas particularistas. Nossa intenção a seguir é apenas apontar para alguns exemplos de estudos que emergem nesse contexto.

No caso da Bahia os levantamentos estatísticos indicavam sua hegemonia industrial em meados do século XIX. Salvador, o núcleo do comércio de exportação dos produtos nordestinos como açúcar, fumo, diamantes e o cacau, era o principal porto importador da região. Ademais, sua principal mercadoria comercializada até 1850 eram os escravos africanos que, após a suspensão do tráfico, abriam oportunidade para novas atividades econômicas. Assim, a indústria baiana para autores como José Luís Pamponet (1975), Gabriel Kraychete Sobrinho (1988) e José Raimundo Vergolino (1990) seria resultado desse capital mercantil em busca de diversificação.

Contudo, o porto importador brasileiro por excelência era o Rio de Janeiro. Capital do Império, a cidade concentrava a maior população do país, os principais órgãos políticos, uma economia local que ressurgia com o café e, por isso mesmo, um grande potencial consumidor. Deste contexto que surge uma classe local poderosa formada pelo grande capital comercial e financeiro do país, participando ativamente nas formulações da política econômica nacional. O centro econômico da segunda metade do século XIX, a capital do Império foi onde a indústria mais se desenvolveu durante as décadas de 1880 e 1890. E diante todas essas evidências que autores como Maria Bárbara Levy (1994), Eulália Lobo (1978), Sérgio Lamarão (1997) e Ana Maria Monteiro (1985) tentariam negar a preponderância da dinâmica “café-indústria” explícita no paradigma paulista.

Finalmente, para o caso de Minas Gerais, toda uma extensa literatura ligada à idéia de mercado interno apresentaria a Província cuja dinâmica econômica fugia do padrão agrário-exportador. Em parte, para Libby (1988) era essa dinâmica peculiar havia permitido que pequenas fábricas tivessem sido criadas para atender o mercado local. Contudo, a indústria mineira emerge justamente na região cafeeira da Zona da Mata e, para autores como Célio Campolina Diniz (1981), Domingos Giroletti (1988), Maria Tereza Oliveira (1993) e Anderson Pires (1993), assim como foi para São Paulo, a produção cafeeira também desempenhou papel decisivo no fomento da indústria local.

Em suma, novas perspectivas foram apresentadas nas últimas três décadas, contudo, é difícil acreditar que as análises regionalistas tenham conseguido formar uma nova interpretação para o processo de formação das indústrias no Brasil. Não podemos negar as particularidades das regiões, as dinâmicas específicas que possibilitaram a emergência de



indústrias nas mais diversas localidades do país, entretanto não podemos negar também, a preponderância industrial paulista em fins da Primeira República. E ainda mais importante, as interpretações sobre o processo de industrialização, tanto aquelas buscavam na indústria o caminho para alcançar o desenvolvimento econômico como aquelas que buscam na organização da indústria nacional respostas para compreender as peculiaridades de nosso capitalismo, tinham em vista um projeto político de transformação do Brasil, projeto este que parece ter se perdido dentre as polêmicas puramente semânticas e acadêmicas contemporâneas.

#### **Referências bibliográficas:**

- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Condições sociais da industrialização: o caso de São Paulo”. *Revista brasiliense* (28), março/abril, 1960.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.
- DINIZ, Célio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG, 1981.
- FISHLOW, Albert. “Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil”. *Estudos econômicos*. 2 (6), 1972.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1959.
- GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora, 1850-1930*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.
- KRAYCHETE SOBRINHO, Gabriel. *O capital agromercantil e a indústria na Bahia: do primeiro surto industrial à crise de 1930*. Salvador: dissertação de mestrado – UFBA – 1988.
- LAMARÃO, Sérgio Tadeu. *A energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920)*. Niterói: tese de doutorado – UFF, 1997.
- LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- LIBBY, Douglas Cole. “Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais”. *Estudos econômicos*, São Paulo, v.27, n.1, 1997.
- LOBO, Eulália. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1978.
- OLIVEIRA, Maria Tereza Ribeiro. *Indústria Têxtil Mineira no Século XIX*. Anais do XXI Encontro Nacional de Economia, ANPEC, vol. 01, Belo Horizonte: 1993.
- MARTINS, José de Souza. *O Conde Matarazzo, o empresário e a empresa*. São Paulo: Hucitec, 1973.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MONTEIRO, Ana Maria. *Empreendedores e investidores em indústria têxtil no Rio de Janeiro, 1878-1895*. Niterói: dissertação de mestrado – UFF, 1985.
- PELÁEZ, Carlos Manuel. “A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira”. *Revista brasileira de economia*. 2 (1), 1968.
- PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora, 1870-1930*. Niterói: dissertação – UFF, 1993.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. “A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República”. *Estudos avançados*. São Paulo: vol. 3, n.7, 1989.
- SAMPAIO, José Luís Pamponet. *A evolução de uma empresa no contexto de industrialização brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973*. Salvador: dissertação de mestrado – UFBA, 1975.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da industrialização no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SIMONSEN, Roberto. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- SOARES, Luís Carlos. “A indústria na sociedade escravista: as origens do crescimento manufatureiro na região fluminense em meados do século XIX (1840-1860)”.  
SZMERECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto Amaral. *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VERGOLINO, Raymundo. “A evolução da indústria manufatureira na Bahia: 1850-1900”.

*Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia*. Belo Horizonte: Anpec, 1990.

VERSIANI, Flávio & VERSIANI, Maria Teresa. “A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição”. VERSIANI, Flávio & BARROS, José Roberto de. *Formação econômica do Brasil. A experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.

VILELLA, Aníbal & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.